

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**
A SER REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2025**

A PANATLÂNTICA S.A., SOCIEDADE POR AÇÕES SEDIADA NA RUA RUDOLFO VONTOBEL, 600, NO DISTRITO INDUSTRIAL DE GRAVATAÍ/RS, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 92.693.019/0001-89, REGISTRADA NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (“CVM”) COMO COMPANHIA ABERTA CATEGORIA “A” SOB O CÓDIGO 94, COM SUAS AÇÕES NEGOCIADAS JUNTO À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO (“B3”) SOB OS CÓDIGO (TICKER) “PATI3” E “PATI4” (“COMPANHIA”), NOS TERMOS DA LEI Nº 6.404/1976 E DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022, VEM APRESENTAR AOS SEUS ACIONISTAS A PRESENTE PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO A SER SUBMETIDA À DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2025, ÀS 10H30M, DE FORMA PRESENCIAL (“ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA”) MANTENDO A POLÍTICA DA COMPANHIA REALIZADA AO LONGO DOS ANOS, COM VISTAS A DELIBERAR SOBRE A SEGUINTE ORDEM DO DIA:

1) ANALISAR, DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PARECER DA AUDITORIA EXTERNA E DEMAIS DOCUMENTOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.2024;

2) DELIBERAR SOBRE A DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2024, NO VALOR DE R\$ 84.659.053,65 (OITENTA E QUATRO MILHÕES, SEISCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, CINQUENTA E TRÊS REAIS E SESENTA E CINCO CENTAVOS), DETALHADA NO ANEXO 1, CONFORME ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022 E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ESTATUTO DA EMPRESA, PROPONDO-SE À ASSEMBLEIA GERAL AS SEGUINTE DESTINAÇÕES: I) RESERVA LEGAL (5%) – R\$ 4.232.952,68 (QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E TRINTA E DOIS MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS); II) RESERVA ESTATUTÁRIA – R\$ 60.319.575,73 (SESENTA MILHÕES, TREZENTOS E DEZENOVE MIL, QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS); III) DISTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA DE DIVIDENDOS – R\$ 20.106.525,24 (VINTE MILHÕES, CENTO E SEIS MIL, QUINHENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS), REPRESENTANDO 25% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, DISTRIBUÍDOS ENTRE AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE FORMA NÃO IGUALITÁRIA, À RAZÃO DE R\$ 1,9282926301 POR AÇÃO PREFERENCIAL E R\$ 0,7914352867 POR AÇÃO ORDINÁRIA, CONFORME ART. 6º ALÍNEA A DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, SENDO A DISTRIBUIÇÃO PARA AÇÕES PREFERENCIAIS REALIZADA COM BASE NO CRITÉRIO DE 6% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO;

3) FIXAR A REMUNERAÇÃO MENSAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES ATÉ O PRÓXIMO MANDATO, PROPONDO-SE À ASSEMBLEIA GERAL O VALOR DE ATÉ R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) MENSAIS, PODENDO SER CORRIGIDA PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO DIVULGADO PELA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (IGPM-FGV), CUJO DETALHAMENTO, EM CUMPRIMENTO ÀS

DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, SEGUE ESPECIFICADO NO ANEXO 2.

OBSERVANDO AS NOVAS REGRAS DA CVM, OS CONSELHEIROS INFORMAM QUE NÃO HÁ CONSELHO FISCAL INSTALADO NA COMPANHIA, ASSIM, NOS TERMOS DO ART. 5º, INCISO I-A, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/22, BEM COMO DO ART. 4º, DA RESOLUÇÃO CVM Nº 70/22, O PERCENTUAL MÍNIMO DE PARTICIPAÇÃO PARA PEDIDO DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, PREVISTO NO ART. 161, §2º, DA LEI Nº 6.404/76, É DE 4% (QUATRO POR CENTO) DAS AÇÕES ORDINÁRIAS.

A ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL, COMO PADRÃO ADOTADO PELA COMPANHIA, COM ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS QUE PERMITEM O VOTO À DISTÂNCIA, POR MEIO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.

É IGUALMENTE FORNECIDO NO ANEXO O COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA, OBSERVANDO O PREVISTO NA RESOLUÇÃO CVM 80/22, COMO ANEXO 3, E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS JÁ PUBLICADAS.

GRAVATAÍ/RS, 24 DE MARÇO DE 2025.

ADMINISTRAÇÃO

PANATLÂNTICA S.A.

RAUL MASELLI

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sumário

ANEXO 1 – CÁLCULO E DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.....	4
ANEXO 2 – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO.....	9
ANEXO 3 - COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	17
ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS JÁ PUBLICADAS.....	28

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 1 – CÁLCULO E DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

CONFORME ANEXO A – RESOLUÇÃO 81/2022

1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: R\$ 84.659.053,65 (OITENTA E QUATRO MILHÕES, SEISCENTOS E CINQUENTA E NOVE MIL, CINQUENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)

2. MONTANTE GLOBAL E O VALOR POR AÇÃO DOS DIVIDENDOS, INCLUINDO DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS:

	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<i>R\$ 84.659.053,65</i>
RESERVA LEGAL (5%)	<i>R\$ 4.232.952,68</i>
RESERVA ESTATUTÁRIA	<i>R\$ 60.319.575,73</i>
DIVIDENDOS (25%)	<i>R\$ 20.106.525,24</i>
POR AÇÃO PREFERENCIAL	<i>R\$ 1,9282926301</i>
POR AÇÃO ORDINÁRIA	<i>R\$ 0,7914352867</i>

****NÃO HOUVE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.***

3. PERCENTUAL DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DISTRIBUÍDO: 25%

4. MONTANTE GLOBAL E VALOR POR AÇÃO DE DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS COM BASE EM LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

NÃO ESTÁ OCORRENDO A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS COM BASE EM LUCRO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5. INFORMAR, DEDUZIDOS OS DIVIDENDOS ANTECIPADOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO JÁ DECLARADOS:

A. O VALOR BRUTO DE DIVIDENDO E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO, DE FORMA SEGREGADA, POR AÇÃO DE CADA ESPÉCIE E CLASSE:

POR AÇÃO PREFERENCIAL	R\$ 1,9282926301
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R\$ 0,7914352867

***NÃO HOUE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.**

B. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

SALVO DELIBERAÇÃO EM CONTRÁRIO DA ASSEMBLEIA-GERAL ESTABELECIDO OUTRA DATA DENTRO DO EXERCÍCIO DE 2025, O DIVIDENDO SERÁ PAGO ATÉ O DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2025, CONFORME AUTORIZA O ART. 205 § 3º DA LEI 6.404/76. O PAGAMENTO SERÁ FEITO MEDIANTE DEPÓSITO NA CONTA CORRENTE INFORMADA PELOS ACIONISTAS AO BANCO ITAÚ S.A., INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA. OS ACIONISTAS QUE DESEJAREM ATUALIZAR SEU CADASTRO JUNTO AO BANCO ITAÚ S.A. PODERÃO FAZÊ-LO ATRAVÉS DAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS OU DOS TELEFONES INDICADOS NO SÍLIO WEB [HTTPS://WWW.ITAUBANK.COM.BR/INVESTMENTSERVICES](https://www.itaubank.com.br/investmentservices). NESTE CASO, OS DIVIDENDOS SERÃO PAGOS A PARTIR DO TERCEIRO DIA ÚTIL CONTADO DA DATA DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL. NÃO SENDO POSSÍVEL A IDENTIFICAÇÃO DA CONTA DO ACIONISTA PARA DEPÓSITO, OS VALORES FICARÃO À DISPOSIÇÃO JUNTO À COMPANHIA DURANTE O PRAZO LEGAL, SEM INCIDÊNCIA DE JUROS/CORREÇÃO.

C. EVENTUAL INCIDÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO E JUROS SOBRE OS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

NÃO HAVERÁ INCIDÊNCIA DE JUROS OU CORREÇÃO MONETÁRIA

D. DATA DA DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO CONSIDERADA PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ACIONISTAS QUE TERÃO DIREITO AO SEU RECEBIMENTO

A DATA-BASE PARA O PAGAMENTO SERÁ A POSIÇÃO ACIONÁRIA DE 24/04/2025.

~~**6. CASO TENHA HAVIDO DECLARAÇÃO DE DIVIDENDOS OU JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO COM BASE EM LUCROS APURADOS EM BALANÇOS SEMESTRAIS OU EM PERÍODOS MENORES**~~

~~* NÃO HOUE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS ANTECIPADOS OU JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO~~

7. FORNECER TABELA COMPARATIVA INDICANDO OS SEGUINTE VALORES POR AÇÃO DE CADA ESPÉCIE E CLASSE:

A. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO EXERCÍCIO E DOS 3 (TRÊS) EXERCÍCIOS ANTERIORES

	2024	2023	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 84.659.053,65	R\$ 13.417.745,37	R\$ 55.692.835,37	R\$ 293.347.584,98
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	R\$ 3,54	R\$ 0,56	R\$ 2,33	R\$ 12,26

B. DIVIDENDO E JURO SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DISTRIBUÍDO NOS 3 (TRÊS) EXERCÍCIOS ANTERIORES

	Dividendos Extraordinários 2024 – RCA 16.10.2024	Dividendos Extraordinários 2024 - AGE 05.09.2024
DIVIDENDOS	R\$ 32.893.000,00	R\$ 120.000.000,00
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R\$ 1,3765365641	R\$ 5,0141296083
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R\$ 1,3270079512	R\$ 5,0141296083

*NÃO HOUE PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

	Ex. 2023 – AGO 2024	Ex. 2022 – AGO 2023	Ex. 2021 – AGO 2022	Ex. 2020 – AGO 2021
DIVIDENDOS (25%)	R\$ 3.186.714,53	R\$ 13.227.048,40	R\$ 69.670.051,43	R\$ 43.342.398,71
POR AÇÃO PREFERENCIAL	R\$ 2,1073488629	R\$ 2,107574115	R\$ 2,911122231	R\$ 2,372356013
POR AÇÃO ORDINÁRIA	R\$ 0,0447930991	R\$ 0,483089976	R\$ 2,911122231	R\$ 2,372356013

*NÃO HOUE PAGAMENTO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

8. HAVENDO DESTINAÇÃO DE LUCROS À RESERVA LEGAL

A. IDENTIFICAR O MONTANTE DESTINADO À RESERVA LEGAL: R\$ 4.232.952,68

B. DETALHAR A FORMA DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL: 5% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

9. CASO A COMPANHIA POSSUA AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS

A. DESCREVER A FORMA DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS: OS DIVIDENDOS MÍNIMOS ATRIBUÍDOS ÀS AÇÕES PN SÃO CALCULADOS COM BASE NO MAIOR ENTRE OS SEGUINTE VALORES:

- 6% (SEIS POR CENTO) DO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO, CORRESPONDENTE NESTE EXERCÍCIO A R\$ 1,9282926301 (RESULTADO DE

6% X R\$ 769.143.512,72 / 23.932.369 X 1.025.286, OU SEJA, 6% DE PL/Nº TOTAL DE AÇÕES, VEZES O NÚMERO DE AÇÕES PN), OU

- *8% (OITO POR CENTO) DO VALOR DE CAPITAL SOCIAL DA AÇÃO, CORRESPONDENTE NESTE EXERCÍCIO A R\$ 1,5042388825 (RESULTADO DE 8% X R\$ 450.000.000,00 / 23.932.369 X 1.025.286, OU SEJA, 8% DE CAPITAL SOCIAL/Nº TOTAL DE AÇÕES, VEZES O NÚMERO DE AÇÕES PN)*

B. INFORMAR SE O LUCRO DO EXERCÍCIO É SUFICIENTE PARA O PAGAMENTO

INTEGRAL DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS: SIM, POIS O MONTANTE DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO, NO VALOR DE R\$ 20.106.525,24, SUPERA O VALOR TOTAL DOS DIVIDENDOS MÍNIMOS ATRIBUÍDOS ÀS AÇÕES PREFERENCIAIS, QUE CORRESPONDE AO MONTANTE DE R\$ 1.977.051,44 (RESULTADO DE R\$ 1,9282926301 X 1.025.286, OU SEJA, DIVIDENDO MÍNIMO DAS AÇÕES PN X Nº DE AÇÕES PN).

C. ~~IDENTIFICAR SE EVENTUAL PARCELA NÃO PAGA É CUMULATIVA:~~ O DIVIDENDO ESTÁ SENDO PAGO INTEGRALMENTE

D. IDENTIFICAR O VALOR GLOBAL DOS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS A SEREM PAGOS A CADA CLASSE DE AÇÕES PREFERENCIAIS: O VALOR GLOBAL A SER PAGO ÀS AÇÕES PREFERENCIAIS CORRESPONDE AO DIVIDENDO MÍNIMO DE R\$ 1.977.051,44 (RESULTADO DE R\$ 1,9282926301 X 1.025.286, OU SEJA, DIVIDENDO MÍNIMO DAS AÇÕES PN X Nº DE AÇÕES PN), SENDO QUE AS AÇÕES PN DA CIA. NÃO ESTÃO DIVIDIDAS EM CLASSES DISTINTAS.

E. IDENTIFICAR OS DIVIDENDOS FIXOS OU MÍNIMOS A SEREM PAGOS POR AÇÃO PREFERENCIAL DE CADA CLASSE: AS AÇÕES PREFERENCIAIS DA COMPANHIA SÃO DE SOMENTE UMA CLASSE, E O DIVIDENDO MÍNIMO QUE SERÁ PAGO A ESSAS AÇÕES PREFERENCIAIS É DE R\$ 1,9282926301 POR AÇÃO, CORRESPONDENTE A 6% (SEIS POR CENTO) DO VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA AÇÃO.

10. EM RELAÇÃO AO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

A. DESCREVER A FORMA DE CÁLCULO PREVISTA NO ESTATUTO: O ESTATUTO PREVÊ QUE O DIVIDENDO OBRIGATÓRIO CORRESPONDERÁ A 25% DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ART. 22, TRANSCRITO NO ITEM 14 A, ABAIXO)

B. INFORMAR SE ELE ESTÁ SENDO PAGO INTEGRALMENTE: SIM

C. INFORMAR O MONTANTE EVENTUALMENTE RETIDO: NÃO HÁ RETENÇÃO DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS.

~~11. HAVENDO RETENÇÃO DO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO DEVIDO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA~~

*** NÃO HOUVE RETENÇÃO DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS.**

~~12. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE CONTINGÊNCIAS~~

~~* NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE CONTINGÊNCIAS.~~

~~13. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR~~

~~* NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVA DE LUCROS A REALIZAR.~~

14. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A. DESCREVER AS CLÁUSULAS ESTATUTÁRIAS QUE ESTABELECEM A RESERVA:

Art. 22 - dos lucros líquidos verificados, depois de feitas as provisões previstas nos artigos 189 e 190 da lei 6.404/76, será destinado da seguinte forma:

A) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

B) 25% (vinte e cinco por cento) para ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório;

C) A assembleia geral, nos casos em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório a que se refere o parágrafo anterior, poderá atribuir aos membros do conselho de administração e da diretoria uma participação nos lucros da companhia, observados os limites legais, ficando a cargo do conselho de administração o rateio da referida participação entre os membros dos órgãos da administração.

D) quanto ao saldo remanescente, o conselho de administração poderá propor, e a assembleia deliberar, distribuí-lo aos acionistas ou destiná-lo para a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, próprias ou de outras sociedades, ou na incorporação ao capital social.

B. IDENTIFICAR O MONTANTE DESTINADO À RESERVA: R\$ 60.319.575,73

C. DESCREVER COMO O MONTANTE FOI CALCULADO:

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	R\$ 84.659.053,65
RESERVA LEGAL (5%)	(R\$ 4.232.952,68)
DIVIDENDOS (25%)	(R\$ 20.106.525,24)
RESERVA ESTATUTÁRIA	R\$ 60.319.575,73

~~15. HAVENDO RETENÇÃO DE LUCROS PREVISTA EM ORÇAMENTO DE CAPITAL~~

~~* NÃO HOUVE RETENÇÃO DE LUCROS~~

~~16. HAVENDO DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA A RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS~~

~~* NÃO HOUVE DESTINAÇÃO DE RESULTADO PARA A RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS~~

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

****PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 2 – DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 13 E
RESOLUÇÃO CVM 80/22, ARTIGO 25, ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO:

- A. OBJETIVOS DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO, INFORMANDO SE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO FOI FORMALMENTE APROVADA, ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR SUA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO**

A POLÍTICA DA COMPANHIA OBJETIVA PRIMORDIALMENTE OFERECER AOS SEUS ADMINISTRADORES REMUNERAÇÃO EQUIVALENTE À PRATICADA NO MERCADO REGIONAL, TENDO AINDA EM CONTA SUAS RESPONSABILIDADES, O TEMPO DEDICADO ÀS SUAS FUNÇÕES E SUA COMPETÊNCIA E REPUTAÇÃO PROFISSIONAL. A REMUNERAÇÃO É APROVADA ANUALMENTE EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

- B. PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA DEFINIR A REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA, INDICANDO:**

- I. OS ÓRGÃOS E COMITÊS DO EMISSOR QUE PARTICIPAM DO PROCESSO DECISÓRIO, IDENTIFICANDO DE QUE FORMA PARTICIPAM**

A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA É DELIBERADA PELA ASSEMBLEIA GERAL CONFORME ART. 13, LETRA “F” DO ESTATUTO SOCIAL:

“F) FIXAR E DISTRIBUIR, DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS ANUALMENTE PELA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, QUANDO VOTADA EM VERBA GLOBAL, BEM COMO ESTABELEÇER PLANOS DE BENEFÍCIOS DESTINADOS AOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES E DELIBERAR SOBRE CONTRATOS DE ADMINISTRAÇÃO.”

- II. CRITÉRIOS E METODOLOGIA UTILIZADA PARA A FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL, INDICANDO SE HÁ A UTILIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A VERIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MERCADO, E, EM CASO POSITIVO, OS CRITÉRIOS DE COMPARAÇÃO E A ABRANGÊNCIA DESSES ESTUDOS**

NÃO SE APLICA

III. COM QUE FREQUÊNCIA E DE QUE FORMA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO AVALIA A ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO EMISSOR ANUALMENTE, ANTES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

C. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO, INDICANDO:

I. DESCRIÇÃO DOS DIVERSOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A REMUNERAÇÃO, INCLUINDO, EM RELAÇÃO A CADA UM DELES:

OS DIRETORES ESTATUTÁRIOS DA COMPANHIA RECEBEM: PRÓ-LABORE FIXO, AUTOMÓVEL E TELEFONE CELULAR COM TODAS AS DESPESAS PAGAS. NÃO OCORRE O PAGAMENTO DE PRÓ-LABORE VARIÁVEL E NEM A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS.

OS INTEGRANTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PERCEBEM REMUNERAÇÃO FIXA, BEM COMO REEMBOLSO DAS DESPESAS DE LOCOMOÇÃO E ESTADIA NECESSÁRIA AO DESEMPENHO DA FUNÇÃO.

• **SEUS OBJETIVOS E ALINHAMENTO AOS INTERESSES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO DO EMISSOR**
NÃO SE APLICA

• **SUA PROPORÇÃO NA REMUNERAÇÃO TOTAL NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**

EM 2024, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 30,42% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 69,58% DA REMUNERAÇÃO TOTAL

EM 2023, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 46,85% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 53,15% DA REMUNERAÇÃO TOTAL

EM 2022, A REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA CORRESPONDEU A 42,3% DA REMUNERAÇÃO TOTAL E A REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDEU A 57,7% DA REMUNERAÇÃO TOTAL.

• **SUA METODOLOGIA DE CÁLCULO E DE REAJUSTE**

A REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PODE SER REAJUSTADA CONFORME O IGP-M (FGV), A CRITÉRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

• **PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO NELE LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, INDICADORES LIGADOS A QUESTÕES ASG**

NÃO SE APLICA

II. RAZÕES QUE JUSTIFICAM A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

O VALOR DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO É COMPATÍVEL COM O MERCADO E COM AS RESPONSABILIDADE DECORRENTES DOS CARGOS OCUPADOS.

III. A EXISTÊNCIA DE MEMBROS NÃO REMUNERADOS PELO EMISSOR E A RAZÃO PARA ESSE FATO

EXISTE UM CONSELHEIRO NÃO REMUNERADO, QUE RENUNCIOU A REMUNERAÇÃO. O CONSELHEIRO EM QUESTÃO RECEBE REMUNERAÇÃO PELA ACIONISTA QUE O INDICOU AO CONSELHO.

D. EXISTÊNCIA DE REMUNERAÇÃO SUPOSTA POR SUBSIDIÁRIAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS

NÃO SE APLCA.

E. EXISTÊNCIA DE QUALQUER REMUNERAÇÃO OU BENEFÍCIO VINCULADO À OCORRÊNCIA DE DETERMINADO EVENTO SOCIETÁRIO, TAL COMO A ALIENAÇÃO DO CONTROLE SOCIETÁRIO DO EMISSOR

NÃO SE APLICA

8.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO

- A. ÓRGÃO
- B. NÚMERO TOTAL DE MEMBROS
- C. NÚMERO DE MEMBROS REMUNERADOS
- D. REMUNERAÇÃO SEGREGADA EM:
 - í. REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL, SEGREGADA EM:
 - SALÁRIO OU PRÓ-LABORE
 - BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS

EXERCÍCIO SOCIAL					TOTAL REM.:	
01/01/2025 ATÉ 31/12/2025 (PREVISTA)					R\$ 7.200.000,00	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nº MEMBROS	DE	5	TOTAL REM.	R\$ 5.010.117,00		
SALÁRIO/PRÓ-LABORE		R\$ 5.010.117,00				
BENEF. DTO / INDIRETOS						
DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nº MEMBROS	DE	2	TOTAL REM.	R\$ 2.189.883,00		
SALÁRIO/PRÓ-LABORE		R\$ 2.189.883,00				
BENEF. DTO / INDIRETOS						
01/01/2024 ATÉ 31/12/2024						R\$ 6.495.656,46
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nº MEMBROS	DE	5	TOTAL REM.	R\$ 4.520.000,00		
SALÁRIO/PRÓ-LABORE		R\$ 4.520.000,00				
BENEF. DTO / INDIRETOS						
DIRETORIA ESTATUTÁRIA						

Nº DE MEMBROS	2*	TOTAL REM.	R\$ 1.975.656,46
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 1.975.656,46		
BENEF. DTO / INDIRETOS			
* EM 2024 A CIA. COMEÇOU O ANO COM 3 DIRETORES E APÓS 21/06/2024 PASSOU A TER APENAS 2 DIRETORES			

EXERCÍCIO SOCIAL				TOTAL REM.:
01/01/2023 ATÉ 31/12/2023				R\$ 4.400.000,00
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>				
Nº DE MEMBROS	3	TOTAL REM.	2.360.000,00	
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 2.360.000,00			
BENEF. DTO / INDIRETOS				
<u>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</u>				
Nº DE MEMBROS	3	TOTAL REM.	2.080.000,00	
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 2.080.000,00			
BENEF. DTO / INDIRETOS				
01/01/2022 ATÉ 31/12/2022				R\$ 5.154.400,00
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>				
Nº DE MEMBROS	3	TOTAL REM.	2.973.000,00	
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 2.973.000,00			
BENEF. DTO / INDIRETOS				
<u>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</u>				
Nº DE MEMBROS	3	TOTAL REM.	2.181.400,00	
SALÁRIO/PRÓ-LABORE	R\$ 2.181.400,00			
BENEF. DTO / INDIRETOS				

d) ~~REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL, SEGREGADA EM:~~
~~• REMUNERAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO EM COMITES;~~

- ~~OUTROS~~
 - H) ~~REMUNERAÇÃO VARIÁVEL SEGREGADA EM:~~
 - ~~BÔNUS;~~
 - ~~PARTICIPAÇÃO EM RESULTADO;~~
 - ~~REMUNERAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES;~~
 - ~~COMISSÕES;~~
 - ~~OUTROS~~
 - III) ~~BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO~~
 - IV) ~~BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO~~
 - V) ~~REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, INCLUÍDO OPÇÕES~~
- NÃO SE APLICAM

8.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO¹:

NÃO SE APLICAM

8.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DESCREVER:

NÃO SE APLICAM

8.5. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES SOB A FORMA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICAM

8.6. EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICAM

8.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO :

NÃO SE APLICAM

8.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICAM

8.9. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, SOB A FORMA DE AÇÕES A SEREM ENTREGUES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS, RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO :

NÃO SE APLICAM

8.10. EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

NÃO SE APLICAM

**8.11. EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:
NÃO SE APLICAM**

**8.12. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11, TAL COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES, INDICANDO, NO MÍNIMO:
NÃO SE APLICAM**

8.13. INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL

ÓRGÃO (1)	ON	% ON	% CS TOTAL	PN	%PN	% CS TOTAL
CONSELHO DE ADM.	25.065	0,1093%	0,1046%	685	0,0668%	0,002862%
DIRETORIA	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,00%

(1) POSIÇÃO EM 03/2025.

8.14. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

A) ÓRGÃO	CONSELHO DE ADM.
B) NÚMERO DE MEMBROS	1
C) NOME DO PLANO	BRADERCO MULTIPENSIONS
D) QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR	2 JÁ APOSENTADOS PELO INSS
E) CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE	NÃO HÁ
F) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ACUMULADAS ATÉ ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	NÃO DISPONIBILIZADO
G) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL	SEM CONTRIBUIÇÕES
H) SE HÁ A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES	NÃO

A) ÓRGÃO	DIRETORIA
B) NÚMERO DE MEMBROS	3
C) NOME DO PLANO	BRADERCO MULTIPENSIONS
D) QUANTIDADE DE ADMINISTRADORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR	2 JÁ APOSENTADOS PELO INSS
E) CONDIÇÕES PARA SE APOSENTAR ANTECIPADAMENTE	NÃO HÁ
F) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES ACUMULADAS ATÉ ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	NÃO DISPONIBILIZADO
G) VALOR ATUALIZADO DAS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL	SEM CONTRIBUIÇÕES
H) SE HÁ A POSSIBILIDADE DE RESGATE ANTECIPADO E QUAIS AS CONDIÇÕES	NÃO

8.15. REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA, MÍNIMA E MÉDIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL PARA OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS

EXERCÍCIO SOCIAL	ORGÃO ADM.
01/01/2024 ATÉ 31/12/2024	CONSELHO ADMIN

Nº DE MEMBROS	5	VLR MAIOR REM.	2.176.000,00
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	VLR MENOR REM.	240.000,00
-	-	VLR MÉDIO REM.	1.228.000,00
01/01/2024 ATÉ 31/12/2024			
DIR. ESTATUTÁRIA			
Nº DE MEMBROS	2*	VLR MAIOR REM.	960.000,00
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS		VLR MENOR REM.	768.000,00
-	-	VLR MÉDIO REM.	864.000,00
* EM 2024 A CIA. COMEÇOU O ANO COM 3 DIRETORES E APÓS 21/06/2024 PASSOU A TER APENAS 2 DIRETORES, APÓS A RENÚNCIA.			

EXERCÍCIO SOCIAL				ORGÃO ADM.
01/01/2023 ATÉ 31/12/2023				CONSELHO ADMIN
Nº DE MEMBROS	3	VLR MAIOR REM.	944.000,00	
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	VLR MENOR REM.	708.000,00	
-	-	VLR MÉDIO REM.	851.000,00	
01/01/2023 ATÉ 31/12/2023				DIR. ESTATUTÁRIA
Nº DE MEMBROS	3	VLR MAIOR REM.	800.000,00	
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	VLR MENOR REM.	560.000,00	
-	-	VLR MÉDIO REM.	680.000,00	
01/01/2022 ATÉ 31/12/2022				CONSELHO ADMIN
Nº DE MEMBROS	3	VLR MAIOR REM.	991.000,00	
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	VLR MENOR REM.	991.000,00	
-	-	VLR MÉDIO REM.	991.000,00	
01/01/2022 ATÉ 31/12/2022				DIR. ESTATUTÁRIA
Nº DE MEMBROS	3	VLR MAIOR REM.	839.600,00	
Nº DE MEMBROS REMUNERADOS	3	VLR MENOR REM.	587.200,00	
-	-	VLR MÉDIO REM.	727.133,33	

8.16 DESCRIVER ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA, INDICANDO QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA O EMISSOR

NÃO HÁ INSTRUMENTOS QUE ESTRUTUREM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA.

8.17. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO

A) ÓRGÃO	2025
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	80%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2024
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	80%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2023
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	100%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

A) ÓRGÃO	2023
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	100%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	0%
CONSELHO FISCAL	-

8.18. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EMISSOR COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS

NÃO SE APLICA

8.19. EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR OS VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS

NÃO SE APLICA

8.20. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

NÃO SE APLICA

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

**ANEXO 3 - COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA**

RESOLUÇÃO CVM 81/22, ARTIGO 10, INCISO III E
RESOLUÇÃO CVM 80/22, ARTIGO 25, ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

A. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

A DIRETORIA DA COMPANHIA ENTENDE QUE AS SUAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS SÃO ADEQUADAS, PERMITINDO A ESTA O CUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS, ALÉM DE COLOCÁ-LA EM CONDIÇÕES DE FAZER FRENTE A NOVAS OPORTUNIDADES, NÃO EXISTINDO FATOS PARA ACREDITARMOS QUE TAL SITUAÇÃO SEJA ALTERADA DE FORMA SIGNIFICATIVA EM UM CURTO ESPAÇO DE TEMPO.

B. ESTRUTURA DE CAPITAL

O CAPITAL SOCIAL DE R\$ 450.000.000,00 ESTÁ TOTALMENTE INTEGRALIZADO E COMPOSTO POR 22.907.083 AÇÕES ORDINÁRIAS E 1.025.286 AÇÕES PREFERENCIAIS, NOMINATIVAS, SEM VALOR NOMINAL E PERTENCENTES A RESIDENTES NO PAÍS.

C. CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA É CONFORTÁVEL, APRESENTANDO COMO CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS, UM ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE 2,28%, FRUTO DE UM LASTRO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA.

D. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES UTILIZADAS

O CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO É OBTIDO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS; E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

E. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ

A COMPANHIA NÃO PRETENDE USAR FINANCIAMENTO PARA ESTAS HIPÓTESES, MAS RESSALTA QUE O CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO É OBTIDO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS; E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

F. NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS, DESCREVENDO AINDA:

I. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO RELEVANTES

AS OPERAÇÕES DE CURTO PRAZO SÃO ATUALIZADAS COM TAXAS QUE VARIAM ENTRE 0,16% A 0,38% AO MÊS DOS SALDOS DA CONTROLADORA E DAS CONTROLADAS, A TOTALIDADE REFERE-SE À CAPATAÇÃO COM MOEDA NACIONAL. ABAIXO SEGUE O DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES DA CONTROLADA E DA CONTROLADORA:

NOTA 11 -> EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS ¶

As operações de curto prazo são atualizadas com taxas de CDI ou Selic, acrescidas de "spreads" que variam entre 0,16% a 0,30% ao mês. Dos saldos da controladora e das controladas, 100,0%, referem-se à captação em moeda nacional. As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis ¶

¶

11.1-Não-Circulante

CONSOLIDADO		
Vencimentos Longo Prazo	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	132.329.208
2026	120.220.194	68.584.028
2027	72.519.313	23.093.378
2028 a 2030	110.818.283	9.916.667
Não Circulante	303.557.790	233.923.281

CONTROLADORA		
Vencimentos Longo Prazo	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	89.903.374
2026	101.909.914	54.377.829
2027	65.491.762	17.991.763
2028 a 2030	102.208.333	9.916.667
Não Circulante	269.610.009	172.189.633

Informações Adicionais:

- 1) Os Financiamentos BNDES e FINIMP são corrigidos pela variação da TJLP, acrescidos de taxas que variam de 2,40% ao ano à 3,60% ao ano, com vencimento final em setembro de 2027.
- 2) As demais operações de financiamentos bancários são atualizadas c/taxas CDI ou SELIC, acrescidas de spreads que variam de 0,16% a 0,30% ao mês, sendo que 100,0% dos saldos referem-se à captação em moeda nacional.
- 3) Para garantir os financiamentos foram oferecidas garantias fiduciárias, avais e penhor de direitos creditórios.

II. OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

AS OPERAÇÕES DE LONGO PRAZO SÃO DESTINADAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, INCORPORADOS AO ATIVO IMOBILIZADO, CUJAS GARANTIAS REIAS SÃO AS PRÓPRIAS AQUISIÇÕES, MAIS DUPLICATAS MERCANTIS.

III. GRAU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS

NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, AS DÍVIDAS DA COMPANHIA TINHAM DIREITOS IGUAIS DE PAGAMENTOS, NÃO HAVENDO SUBORDINAÇÃO ENTRE ELAS. EXCEÇÃO FEITA A DÍVIDAS QUE SÃO GARANTIDAS COM GARANTIA DE RECEBÍVEIS, QUE CONTAM COM AS PREFERÊNCIAS E PRERROGATIVAS PREVISTAS EM LEI.

IV. EVENTUAIS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR, EM ESPECIAL, EM RELAÇÃO A LIMITES DE ENDIVIDAMENTO E CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, À ALIENAÇÃO DE ATIVOS, À EMISSÃO DE NOVOS VALORES

MOBILIÁRIOS E À ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO, BEM COMO SE O EMISSOR VEM CUMPRINDO ESSAS RESTRIÇÕES

AS RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO EMISSOR RELACIONADAS A ENDIVIDAMENTO, CONTRATAÇÃO DE NOVAS DÍVIDAS, DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, ALIENAÇÃO DE ATIVOS, EMISSÃO DE NOVOS VALORES MOBILIÁRIOS E ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO VÊM SENDO DEVIDAMENTE CUMPRIDAS POR PARTE DO EMISSOR.

G. LIMITES DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS E PERCENTUAIS JÁ UTILIZADOS

A COMPANHIA NÃO POSSUI LIMITES DE UTILIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONTRATADOS.

H. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FORAM PREPARADAS CONFORME AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL, INCLUINDO OS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC) E AS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS(IFRS), EMITIDAS PELO INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB), E EVIDENCIAM TODAS AS INFORMAÇÕES RELEVANTES PRÓPRIAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, E SOMENTE ELAS, AS QUAIS ESTÃO CONSISTENTES COM AS UTILIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO NA SUA GESTÃO.

PRINT PROVISÓRIO DO DRE

PANATLANTICA S.A.				
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM				
(em reais)				
	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.771.809.641	2.467.055.522	973.799.772	944.192.447
Mercado Interno	2.746.863.873	2.436.167.259	948.963.956	913.304.184
Mercado Externo	24.945.768	30.888.263	24.835.816	30.888.263
Impostos e Devoluções	(662.084.583)	(587.789.169)	(246.034.457)	(235.518.310)
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	2.109.725.058	1.879.266.353	727.765.315	708.674.137
Custos das Vendas de Produtos e Serviços	(1.848.646.805)	(1.699.553.595)	(656.347.589)	(658.355.482)
LUCRO BRUTO	261.078.253	179.712.758	71.417.726	50.318.655
Receitas/Despesas Operacionais	(132.667.730)	(123.988.067)	39.761.576	569.035
Despesas Gerais e Administrativas	(54.630.921)	(46.034.025)	(23.345.984)	(18.661.035)
Remuneração dos Administradores	(17.138.252)	(15.512.038)	(4.959.668)	(5.205.600)
Despesas com Vendas	(73.410.227)	(63.582.545)	(21.390.289)	(18.150.074)
Outras Rec./Desp. Operacionais	12.511.670	1.140.541	471.411	1.267.434
Resultado Equivalência Patrimonial (Nota 08)	-	-	89.928.908	41.318.310
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	128.410.523	55.724.691	111.179.302	50.887.690
Despesas Financeiras	(63.518.656)	(85.271.437)	(46.928.580)	(65.939.711)
Receitas Financeiras	55.112.408	72.408.590	20.454.962	28.458.846
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	120.004.274	32.861.844	84.705.704	13.406.825
Tributos Correntes (Nota 18)	(35.356.140)	(19.455.019)	(57.570)	-
Tributos Diferidos	10.920	10.920	10.920	10.920
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	84.659.054	13.417.745	84.659.054	13.417.745
Lucro básico e diluído por ação	3,54	0,58	3,54	0,56

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA CONSOLIDADA EM 2024 ALCANÇOU O VALOR DE R\$ 2.771,80 MILHÕES, REGISTRANDO UMA AUMENTO DE 12,34%, EM RELAÇÃO A 2023.

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA CONSOLIDADA EM 2023 ALCANÇOU O VALOR DE R\$ 2.467,05 MILHÕES, REGISTRANDO UMA REDUÇÃO DE 19,54% EM RELAÇÃO A 2022.

DEDUÇÕES DA RECEITA

IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E DEVOLUÇÃO DE MERCADORIAS.

OS TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES E DEVOLUÇÕES DE MERCADORIAS, DEDUZIDOS DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PERMANECERAM ESTÁVEIS EM RELAÇÃO A RECEITA BRUTA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS. OS IMPOSTOS INCIDENTES NAS VENDAS SÃO O IPI, ICMS, PIS E A COFINS SOBRE OS PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

O CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS EM 2024, NO VALOR DE R\$ 1.84,64 MILHÕES, REPRESENTOU 67% DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA.

O CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS EM 2023, NO VALOR DE R\$ 1.699,55 MILHÕES, REPRESENTOU 69% DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA.

DESPESAS OPERACIONAIS

AS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS, COMPREENDENDO: AS DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS – REPRESENTARAM 2,59% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA EM 2023, COM UM DECRÉSCIMO EM RELAÇÃO A 2022, QUANDO REPRESENTOU 6,59%.

2.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DO EMISSOR, EM ESPECIAL:

I. DESCRIÇÃO DE QUAISQUER COMPONENTES IMPORTANTES DA RECEITA

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA EM 2024, TEVE UM ACRÉSCIMO DE 12,35%, EM RELAÇÃO A RECEITA OPERACIONAL DE 2023, DECORRENTE DO AUMENTO DO VOLUME DE VENDAS.

A RECEITA OPERACIONAL BRUTA EM 2023, TEVE UM DECRÉSCIMO DE 19,38%, EM RELAÇÃO A RECEITA OPERACIONAL DE 2022, DECORRENTE DA QUEDA DO VALOR DA MATÉRIA PRIMA E TONELAGEM VENDIDA.

II. FATORES QUE AFETARAM MATERIALMENTE OS RESULTADOS OPERACIONAIS

O RESULTADO LÍQUIDO DE R\$ 84.659.054 NO ANO DE 2024 FOI UM ANO DE RETOMADA DO CRESCIMENTO DA COMPANHIA, COM CRESCIMENTO DE RESULTADO SUPERIOR A 6 VEZES EM RELAÇÃO AO RESULTADO DE 2023, CORRESPONDENTE A R\$ 13.417.745,37.

B. VARIÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CÂMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

AS RECEITAS DAS VENDAS LÍQUIDAS DE PRODUTOS AUMENTARAM EM 2024, NO PERCENTUAL DE 8% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2023.

C. IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E NO RESULTADO FINANCEIRO DO EMISSOR, QUANDO RELEVANTE.

A INFLAÇÃO NÃO IMPACTOU NO VALOR DOS INSUMOS, NÃO HAVENDO GRANDE VARIAÇÃO NOS PREÇOS.

2.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS QUE TENHAM RESULTADO EM EFEITOS SIGNIFICATIVOS SOBRE AS INFORMAÇÕES PREVISTAS NOS CAMPOS 2.1 E 2.2
NÃO SE APLICA.

B. OPINIÕES MODIFICADAS E ÊNFASES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR
NÃO SE APLICA

2.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

A. INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL
NÃO SE APLICA

B. CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
NÃO SE APLICA

C. EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS
NÃO SE APLICA

2.5. CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA), O EMISSOR DEVE:

- A) **INFORMAR O VALOR DAS MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS**
NÃO SE APLICA.
- B) **FAZER AS CONCILIAÇÕES ENTRE OS VALORES DIVULGADOS E OS VALORES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS**
NÃO SE APLICA.
- C) **EXPLICAR O MOTIVO PELO QUAL ENTENDE QUE TAL MEDIÇÃO É MAIS APROPRIADA PARA A CORRETA COMPREENSÃO DA SUA CONDIÇÃO FINANCEIRA E DO RESULTADO DE SUAS OPERAÇÕES**
NÃO SE APLICA.

2.6. IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE

NÃO HOUE EVENTO DESSA MAGNITUDE.

2.7. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS, INDICANDO:

A. REGRAS SOBRE RETENÇÃO DE LUCROS

A RETENÇÃO DE LUCROS PROPOSTA OBSERVA O PREVISTO NO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA:

Art. 22 - dos lucros líquidos verificados, depois de feitas as provisões previstas nos artigos 189 e 190 da lei 6.404/76, será destinado da seguinte forma:

A) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

B) 25% (vinte e cinco por cento) para ser distribuído aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório;

C) A assembleia geral, nos casos em que for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório a que se refere o parágrafo anterior, poderá atribuir aos membros do conselho de administração e da diretoria uma participação nos lucros da companhia, observados os limites legais, ficando a cargo do conselho de administração o rateio da referida participação entre os membros dos órgãos da administração.

D) quanto ao saldo remanescente, o conselho de administração poderá propor, e a assembleia deliberar, distribuí-lo aos acionistas ou destiná-lo para a constituição de uma reserva para investimentos e capital de giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, próprias ou de outras sociedades, ou na incorporação ao capital social.

B. REGRAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

OS DIVIDENDOS SÃO DISTRIBUÍDOS CONFORME A REGRA PREVISTA EM SEU ESTATUTO SOCIAL, EM SEU ARTIGO 22. O LUCRO VERIFICADO NO ANO DE 2024 SERÁ DESTINADO À CONSTITUIÇÃO DA RESERVA LEGAL NO PERCENTUAL DE 5% E À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS NO PERCENTUAL DE 25%. O VALOR REMANESCENTE SERÁ DESTINADO À RESERVA ESTATUTÁRIA.

C. PERIODICIDADE DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS

A COMPANHIA SEMPRE DISTRIBUÍU, NO MÍNIMO, UMA VEZ POR ANO, OS DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS.

EM 2024 FORAM REALIZADAS DUAS DISTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE DIVIDENDOS COM BASE EM RESERVAS DE LUCROS.

D. EVENTUAIS RESTRIÇÕES À DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS IMPOSTAS POR LEGISLAÇÃO OU REGULAMENTAÇÃO ESPECIAL APLICÁVEL AO EMISSOR, ASSIM COMO CONTRATOS, DECISÕES JUDICIAIS, ADMINISTRATIVAS OU ARBITRAIS

NÃO APLICÁVEL

E. SE O EMISSOR POSSUI UMA POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS FORMALMENTE APROVADA, INFORMAR ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCALS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

NÃO APLICÁVEL

2.8. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

A. OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELO EMISSOR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITEMS), TAIS COMO:

I. CARTEIRAS DE RECEBÍVEIS BAIXADAS SOBRE AS QUAIS A ENTIDADE MANTENHA RISCOS E RESPONSABILIDADES, INDICANDO RESPECTIVOS PASSIVOS
NÃO SE APLICA.

II. CONTRATOS DE FUTURA COMPRA E VENDA DE PRODUTOS OU SERVIÇOS

III. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO NÃO TERMINADA
NÃO SE APLICA.

IV. CONTRATOS DE RECEBIMENTOS FUTUROS DE FINANCIAMENTOS
NÃO SE APLICA.

B. OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NÃO SE APLICA.

2.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

NÃO SE APLICA.

A. COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR
NÃO SE APLICA.

B. NATUREZA E O PROPÓSITO DA OPERAÇÃO
NÃO SE APLICA.

C. NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DO EMISSOR EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO
NÃO SE APLICA.

2.10. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

A. INVESTIMENTOS, INCLUINDO:

I. DESCRIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS

A COMPANHIA NÃO ELABORA PREVIAMENTE UM ORÇAMENTO PARA SEUS INVESTIMENTOS QUE ENTENDE SEREM NECESSÁRIOS; MAS, ADOTA A POLÍTICA DE USAR O MENOS POSSÍVEL AS FONTES DE RECURSOS EXTERNOS, DEIXANDO ESTA OPÇÃO, PREFERENCIALMENTE PARA QUANDO DA COMPRA DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS, ATRAVÉS DO USO DE FINAME, LINHAS DE FINANCIAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS NOVOS OU AQUISIÇÃO DE EMPRESAS.

EM 2024, OS INVESTIMENTOS COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, TERRENOS, PRÉDIOS, BENFEITORIAS E INSTALAÇÕES, COMPUTADORES/PERIFÉRICOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS E VEÍCULOS E IMOBILIZADO EM ANDAMENTO TOTALIZOU O MONTANTE DE R\$ 32.000.000,00

II. FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A COMPANHIA UTILIZA-SE DE CAPITAL PRÓPRIO E SE FOR NECESSÁRIO, IRA OBTER CRÉDITO JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA CAPITAL DE GIRO JUNTO AOS BANCOS COMERCIAIS; E PARA O FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, É OBTIDO O CRÉDITO JUNTO AOS BANCOS DE FOMENTO.

III. DESINVESTIMENTOS RELEVANTES EM ANDAMENTO E DESINVESTIMENTOS PREVISTOS

NÃO SE APLICA

B. DESDE QUE JÁ DIVULGADA, INDICAR A AQUISIÇÃO DE PLANTAS, EQUIPAMENTOS, PATENTES OU OUTROS ATIVOS QUE DEVAM INFLUENCIAR MATERIALMENTE A CAPACIDADE PRODUTIVA DO EMISSOR

NÃO SE APLICA

C. NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS, INDICANDO:

NÃO SE APLICA

I. DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS EM ANDAMENTO JÁ DIVULGADAS

NÃO SE APLICA

II. MONTANTES TOTAIS GASTOS PELO EMISSOR EM PESQUISAS PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS

NÃO SE APLICA

III. PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO JÁ DIVULGADOS

NÃO SE APLICA

IV. MONTANTES TOTAIS GASTOS PELO EMISSOR NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS

NÃO SE APLICA

D. OPORTUNIDADES INSERIDAS NO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR RELACIONADAS A QUESTÕES ASG

NÃO SE APLICA

2.11. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

OS ATIVOS OPERACIONAIS DA COMPANHIA SÃO TODOS DE SUA PROPRIEDADE, LIVRES DE ÔNUS E ENCONTRAM-SE EM CONDIÇÕES NORMAIS DE OPERAÇÃO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL. NÃO HÁ ATIVOS OBSOLETOS, QUE AFETEM OU POSSAM VIR A AFETAR A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE

BENS. A EMPRESA ADOTA A POLÍTICA DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E A PERMANENTE MELHORIA TECNOLÓGICA DO SEU PARQUE INDUSTRIAL, VISANDO AO AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E O MELHOR ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DE SEUS CLIENTES.

PANATLÂNTICA S.A.
COMPANHIA ABERTA – Código CVM 94
CNPJ 92.693.019/0001-89
NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6

**** PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA****

ANEXO 4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS JÁ PUBLICADAS



COMPANHIA ABERTA - CNPJ: 92.693.019/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

- A. É UMA ESPECIAL SATISFAÇÃO COMUNICARMOS AOS SENHORES ACIONISTAS QUE EM 2024 MANTIVEMOS UM RITMO EXPRESSIVO DE TRABALHO, EM QUE PESE O CENÁRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO INDUSTRIAL INQUIETO E CONTURBADO...
- B. MANTIVEMOS O RITMO NORMAL DE TRABALHO FOCADO NO PROCESSAMENTO DE +/- 400.000 TON DE AÇOS PLANOS E DE CERCA DE +/- 50.000 TON DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS PLANOS ÀS INDÚSTRIAS METALMECÂNICAS DA REGIÃO SUL.
- C. ENCERRAMOS O ANO DE 2024 COM A ESPERANÇA DE UM ANO DE 2025 EM PATAMARES INDUSTRIAIS PRODUTIVOS DE ALTO NÍVEL OBJETIVANDO MELHORES RESULTADOS OPERACIONAIS.
- D. COM EXPRESSIVOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS FAVORÁVEIS CONTINUARÃO SENDO COMPENSADOS EM 2025, NOS LEVANDO A PREVER UM ANO DE PERFORMANCE CONJUNTURAL ESPECIAL ELEVADA!
- E. COMEÇAMOS O ANO DE 2025 FOCANDO UM PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E DE AQUISIÇÃO DE NOVOS E MODERNOS EQUIPAMENTOS DE CENTRO DE SERVIÇOS DE ÚLTIMA GERAÇÃO, ABRANGENDO TODAS AS UNIDADES INDUSTRIALIZADAS QUE COMPÕEM OS CENTROS DE SERVIÇOS DA PANATLANTICA S.A. – PANATLÂNTICA TUBOS, PANASER, TUBOSPAN, , PANATLANTICA CATARINENSE E DA NOVA UNIDADE DE CAMPO LIMPO PAULISTA, ALÉM DA TRANSPORTADORA AÇOLOG, RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE DE TODO O AÇO PROCESSADO PELAS EMPRESAS.
- F. COM O OTIMISMO EMPRESARIAL QUE MOLDA A NOSSA EXPRESSIVA CAMINHADA , UM REALINHAMENTO DOS PREÇOS DOS PRODUTOS SIDERÚRGICOS PLANOS E EM NOVO PATAMAR ADENTRAREMOS EM PERÍODO DE RESULTADOS OPERACIONAIS E DE LUCRATIVIDADE POSITIVA PARA O ANO NOVO DE 2025!
- G. ATRAVESSAMOS OS ANOS ANTERIORES EM NÍVEIS POSITIVOS E ADENTRAMOS 2025 COM VIÉS OTIMISTA DE NOSSAS ATIVIDADES.
- H. COMEÇAMOS EM 2024 A IMPLEMENTAÇÃO DO ESG, PARA MELHORAR AINDA MAIS A NOSSA GOVERNANÇA CORPORATIVA COM NOVAS INICIATIVAS SOCIAIS E AMBIENTAIS., REARFIMANDO O NOSSO COMPROMISSO COM A SOCIEDADE.
- I. REAFIRMAMOS A NOSSA FILOSOFIA DE MANUTENÇÃO DO PESSOAL DO QUADRO DIRETIVO E OPERACIONAL DAS EMPRESAS, ONDE MANTIVEMOS ORGULHOSAMENTE A BANDEIRA DA IMPORTÂNCIA DIRETIVA E DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS PRESERVADOS “IN TOTEM”, DURANTE OS ÚLTIMOS ANOS,
- J. AGRADECIMENTOS ESPECIAIS A CSN FORNECEDORA DE AÇOS PLANOS, AO PRESTATIVO E ATENCIOSO SETOR FINANCEIRO E AO NOSSO HONROSO E FIEL QUADRO DE CLIENTES INDUSTRIAIS E DE SERVIÇO!
- K. COMO FILOSOFIA ADMINISTRATIVA TRADICIONAL DA EMPRESA BOA PARTE DAS RESERVAS DE LUCROS DE NOSSOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS DEVERÁ SER MANTIDA EM NOSSAS EMPRESAS, PREMIANDO OS NOSSOS FIÉIS E LONGEVOS ACIONISTAS.
- L. A CIA. NÃO POSSUI OUTRO CONTRATO FIRMADO COM SEUS AUDITORES INDEPENDENTES E PARTES RELACIONADAS QUE NÃO ESTEJA VINCULADO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INTERNA E EXTERNA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PAN/AFIL EM NÍVEL INTERNACIONAL.

PANATLÂNTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM

(em reais)

A T I V O

	<u>NOTAS</u>	<u>CONSOLIDADO</u>		<u>CONTROLADORA</u>	
		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>1.204.075.013</u>	<u>1.163.977.654</u>	<u>427.568.470</u>	<u>407.314.778</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.5	460.287.305	433.669.387	151.833.791	130.026.002
Clientes	4	282.204.045	262.538.553	99.756.137	94.387.517
Adiantamentos a Fornecedores		13.216.816	40.343.495	281.351	2.488.646
Estoques	5	294.668.580	246.719.261	102.566.711	97.712.419
Impostos a Recuperar	6	151.049.921	179.741.873	73.006.333	82.535.088
Outras Contas a Receber		2.648.346	965.085	124.147	165.106
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		<u>413.353.782</u>	<u>400.804.047</u>	<u>926.526.287</u>	<u>887.913.636</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>65.554.574</u>	<u>65.763.626</u>	<u>60.419.143</u>	<u>61.040.351</u>
Depósitos Judiciais		8.223.364	9.308.609	5.905.357	6.641.081
Outros Créditos		359.408	151.382	278.242	151.382
Impostos a Recuperar	6	56.971.802	56.303.635	54.235.544	54.247.888
<u>INVESTIMENTOS</u>	8	<u>6.752.236</u>	<u>22.506.679</u>	<u>762.137.123</u>	<u>723.510.630</u>
<u>IMOBILIZADO</u>	9	<u>336.335.230</u>	<u>307.820.442</u>	<u>102.244.102</u>	<u>101.798.435</u>
<u>INTANGÍVEL</u>	3.12	<u>4.711.742</u>	<u>4.713.300</u>	<u>1.725.919</u>	<u>1.564.220</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>1.617.428.795</u>	<u>1.564.781.701</u>	<u>1.354.094.756</u>	<u>1.295.228.413</u>

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PANATLÂNTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM

(em reais)

PASSIVO

	<u>NOTAS</u>	<u>CONSOLIDADO</u>		<u>CONTROLADORA</u>	
		<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>528.091.549</u>	<u>457.758.409</u>	<u>306.979.676</u>	<u>254.762.780</u>
Fornecedores	10	307.273.021	249.576.751	128.080.771	108.889.007
Empréstimos e Financiamentos	11	179.430.121	172.269.191	135.261.074	111.649.954
Salários e Contribuições		4.680.783	4.159.917	1.261.457	1.272.530
Impostos a Recolher	12	13.094.088	9.842.994	616.407	539.405
Outras Contas a Pagar		18.421.659	17.331.673	40.383.999	31.123.529
Férias e Encargos a Pagar		5.191.877	4.577.883	1.375.968	1.288.355
<u>NÃO-CIRCULANTE</u>		<u>320.193.733</u>	<u>266.459.115</u>	<u>277.971.567</u>	<u>199.901.456</u>
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>		<u>320.193.733</u>	<u>266.459.115</u>	<u>277.971.567</u>	<u>199.901.456</u>
Empréstimos e Financiamentos	11	303.557.790	233.923.281	269.610.009	172.189.633
Tributos a Recolher/Diferidos	12	12.621.682	13.169.673	6.383.525	6.858.018
Provisões p/Contingências	17	2.181.863	1.309.980	288.089	230.433
Outras Contas a Pagar		142.454	7.750.000	-	10.317.191
Partes Relacionadas	7	1.689.944	10.306.181	1.689.944	10.306.181
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>769.143.513</u>	<u>840.564.177</u>	<u>769.143.513</u>	<u>840.564.177</u>
Capital Social	13	450.000.000	450.000.000	450.000.000	450.000.000
Reservas de Capital		103.274	103.274	103.274	103.274
Reservas de Lucros		309.755.285	381.154.751	309.755.285	381.154.751
Res.Reav./Ajustes Aval.Patrimoniais	3.11	9.284.954	9.306.152	9.284.954	9.306.152
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>1.617.428.795</u>	<u>1.564.781.701</u>	<u>1.354.094.756</u>	<u>1.295.228.413</u>

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PANATLÂNTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

(em reais)

	<u>CONSOLIDADO</u>		<u>CONTROLADORA</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</u>	<u>2.771.809.641</u>	<u>2.467.055.522</u>	<u>973.799.772</u>	<u>944.192.447</u>
Mercado Interno	2.746.863.873	2.436.167.259	948.963.956	913.304.184
Mercado Externo	24.945.768	30.888.263	24.835.816	30.888.263
Impostos e Devoluções	(662.084.583)	(587.789.169)	(246.034.457)	(235.518.310)
<u>RECEITA OPERAC.LÍQUIDA</u>	<u>2.109.725.058</u>	<u>1.879.266.353</u>	<u>727.765.315</u>	<u>708.674.137</u>
Custos das Vendas de Produtos e Serviços	(1.848.646.805)	(1.699.553.595)	(656.347.589)	(658.355.482)
<u>LUCRO BRUTO</u>	<u>261.078.253</u>	<u>179.712.758</u>	<u>71.417.726</u>	<u>50.318.655</u>
<u>Receitas/Despesas Operacionais</u>	<u>(132.667.730)</u>	<u>(123.988.067)</u>	<u>39.761.576</u>	<u>569.035</u>
Despesas Gerais e Administrativas	(54.630.921)	(46.034.025)	(23.345.984)	(18.661.035)
Remuneração dos Administradores	(17.138.252)	(15.512.038)	(4.959.668)	(5.205.600)
Despesas com Vendas	(73.410.227)	(63.582.545)	(21.390.269)	(18.150.074)
Outras Rec./Desp.Operacionais	12.511.670	1.140.541	(471.411)	1.267.434
Resultado Equivalência Patrimonial (Nota 08)	-	-	89.928.908	41.318.310
<u>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</u>	<u>128.410.523</u>	<u>55.724.691</u>	<u>111.179.302</u>	<u>50.887.690</u>
Despesas Financeiras	(63.518.656)	(95.271.437)	(46.928.560)	(65.939.711)
Receitas Financeiras	55.112.408	72.408.590	20.454.962	28.458.846
<u>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</u>	<u>120.004.274</u>	<u>32.861.844</u>	<u>84.705.704</u>	<u>13.406.825</u>
Tributos Correntes (Nota 18)	(35.356.140)	(19.455.019)	(57.570)	-
Tributos Diferidos	10.920	10.920	10.920	10.920
<u>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>	<u>84.659.054</u>	<u>13.417.745</u>	<u>84.659.054</u>	<u>13.417.745</u>
Lucro básico e diluído por ação	3,54	0,56	3,54	0,56

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PANATLÂNTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM

(em reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA REAV./AJUSTE AVALIAÇÕES-CONTROLADAS	AJUSTE DE AVALIAÇÃO-CONTROLADORA	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
					RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	450.000.000	103.274	8.841.194	486.155	44.835.585	336.387.815	-	840.654.024
Realização Res./Ajustes Exerc. Anteriores	-	-	-	(21.197)	-	(280.544)	21.197	(280.544)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(13.227.048)	-	(13.227.048)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	13.417.745	13.417.745
Destinações Propostas								
Reserva Legal	-	-	-	-	670.887	-	(670.887)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	12.768.055	(12.768.055)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	450.000.000	103.274	8.841.194	464.958	45.506.472	335.648.279	-	840.564.177
Realização Reservas	-	-	-	(21.197)	-	-	21.197	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(156.079.715)	-	(156.079.715)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	84.659.054	84.659.054
Destinações Propostas								
Reserva Legal	-	-	-	-	4.232.953	-	(4.232.953)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	80.447.298	(80.447.298)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	450.000.000	103.274	8.841.194	443.761	49.739.425	260.015.859	-	769.143.513

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PANATLÂNTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM

(em reais)

	<u>CONSOLIDADO</u>		<u>CONTROLADORA</u>	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>				
Lucro Líquido do Exercício	84.659.054	13.417.745	84.659.054	13.417.745
Ajuste por:				
Depreciações e Amortizações (Nota 09)	14.641.789	13.175.998	2.378.996	2.286.027
Ganho Equivalência Patrimonial (Nota 08)	-	-	(89.928.908)	(41.318.310)
Juros s/Empréstimos e Financiamentos	50.325.360	68.752.549	45.990.530	62.714.065
Baixa Líquida de Investimentos	15.754.443	8.724	18.302.412	-
Venda/Baixa de Ativos Imobilizados	635.803	3.309.457	-	214.255
Variação dos Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução de Clientes	(19.665.492)	(22.592.197)	(5.368.620)	(1.202.641)
(Aumento) Redução nos Estoques	(47.949.319)	164.373.237	(4.854.293)	108.751.679
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	28.023.785	75.859.155	9.541.099	38.151.912
(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	26.320.637	(21.739.688)	2.857.119	3.287.407
Aumento (Redução) em Fornecedores	57.696.270	(21.021.460)	19.191.763	(9.609.292)
Aumento (Redução) nos Impostos a Recolher/Diferido	2.703.105	(1.370.557)	(397.491)	(962.123)
Aumento (Redução) nos Salários/Férias e Contribuições	1.134.859	583.443	76.540	424.804
Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar	(4.291.226)	(1.323.886)	355.390	17.529.981
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>209.989.068</u>	<u>271.432.520</u>	<u>82.803.591</u>	<u>193.685.511</u>
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</u>				
Aquisição de Ativos Imobilizados (Nota 09)	(42.738.565)	(41.400.081)	(2.214.412)	(3.812.101)
Aquisição de Ativos Intangíveis	(1.052.256)	(1.250.991)	(771.949)	(701.872)
CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(43.790.821)</u>	<u>(42.651.072)</u>	<u>(2.986.361)</u>	<u>(4.513.973)</u>
<u>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</u>				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	255.533.028	44.431.698	234.664.028	30.500.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(179.283.009)	(370.025.753)	(124.883.045)	(276.814.415)
Dividendos Pagos/Creditados	(156.079.715)	(13.227.048)	(123.079.715)	(13.227.048)
Juros s/Empréstimos Pagos	(59.750.632)	(55.010.541)	(44.710.710)	(29.794.742)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(139.580.328)</u>	<u>(393.831.644)</u>	<u>(58.009.442)</u>	<u>(289.336.205)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>26.617.918</u>	<u>(165.050.198)</u>	<u>21.807.789</u>	<u>(100.164.668)</u>
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	433.669.387	598.719.585	130.026.002	230.190.670
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>460.287.305</u>	<u>433.669.387</u>	<u>151.833.791</u>	<u>130.026.002</u>

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PANATLÂNTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM

(em reais)

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS	2.754.623.423	2.457.957.557	965.121.550	942.837.385
Vendas de Produtos e Serviços	2.759.911.694	2.456.374.967	969.718.162	941.380.531
Outras Receitas/Despesas	(5.288.271)	1.582.590	(4.596.612)	1.456.854
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.454.362.792)	(2.259.282.205)	(882.968.486)	(884.398.197)
Matérias-Primas Consumidas	(2.126.690.677)	(1.948.698.576)	(741.798.122)	(737.187.642)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(341.497.226)	(309.441.060)	(141.867.415)	(146.910.721)
Recuperação/Perda de Valores Ativos	13.825.111	(1.142.569)	697.051	(299.834)
VALOR ADICIONADO BRUTO	300.260.631	198.675.352	82.153.064	58.439.188
RETENÇÕES	(14.641.788)	(13.175.998)	(2.378.996)	(2.286.027)
Depreciações e Amortizações (Nota 09)	(14.641.788)	(13.175.998)	(2.378.996)	(2.286.027)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	285.618.843	185.499.354	79.774.068	56.153.161
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	55.112.408	72.408.590	110.383.870	69.777.156
Resultado da Equivalência Patrimonial (Nota 08)	-	-	89.928.908	41.318.310
Receitas Financeiras	55.112.408	72.408.590	20.454.962	28.458.846
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	340.731.252	257.907.946	190.157.940	125.930.319
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	340.731.252	257.907.946	190.157.940	125.930.319
Empregados	75.371.439	67.452.511	23.225.464	22.254.501
Salários e Encargos	75.371.439	67.452.511	23.225.464	22.254.501
Tributos	116.953.774	81.549.065	35.295.788	24.318.362
Federais	82.940.096	57.476.269	19.848.223	14.833.924
Estaduais	32.654.617	22.880.217	15.142.456	9.204.410
Municipais	1.359.061	1.192.579	305.109	280.028
Financiamentos	63.746.985	95.488.625	46.977.634	65.939.711
Juros/Aluguéis	63.746.985	95.488.625	46.977.634	65.939.711
Remuneração de Capital Próprio	84.659.054	13.417.745	84.659.054	13.417.745
Lucros Retidos	84.659.054	13.417.745	84.659.054	13.417.745

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PANATLÂNTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDOS EM

(em reais)

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	84.659.054	13.417.745	84.659.054	13.417.745
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	84.659.054	13.417.745	84.659.054	13.417.745
ATRIBUÍDO A SÓCIOS DA EMPRESA CONTROLADORA	84.659.054	13.417.745	84.659.054	13.417.745

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PANATLÂNTICA S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(em reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, com sede em Gravataí (RS) e unidade industrial em Glorinha (RS), tem por objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não, próprios ou de terceiros. A Companhia poderá participar do capital de outras sociedades.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas findas em 31 de dezembro de 2024, em 28 de fevereiro de 2025.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Base de Preparação

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais (*International Financial Reporting Standards-IFRS*). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da controladora também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As Demonstrações Contábeis da Controladora estão sendo publicadas em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

3.2 Consolidação

As Demonstrações Contábeis consolidadas compreendem as Demonstrações Contábeis da Panatlântica S.A. e suas Controladas Diretas Panatlântica Catarinense S.A., e a Panatlântica Ind. Com.de Tubos S/A., e suas controladas indiretas Açolog Serviços de Transporte e Logística Ltda., Panaser S/A.-Beneficiamento de Aços, Açolog Transporte Siderúrgico Ltda., e a Tubospan S.A.. A controlada direta, Induminas S.A., foi incorporada/negociada no segundo semestre desse ano. Os saldos de Ativos e Passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas Demonstrações Contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos

líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis que incluem às provisões de natureza trabalhista; provisões para contingências; provisão para devedores duvidosos; provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e Passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras disponíveis referem-se a títulos de alta liquidez, e não estão sujeitos a risco de mudança de valor, passíveis de resgate imediato. As operações em CDB's são remunerados a taxas que variam numa média ponderada de 100,5% do CDI. A Administração não pretende resgatar os valores antes dos seus vencimentos.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2024, em torno de 97,8% do saldo das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas/serviços no mercado interno (Nota 04).

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas (Nota 05).

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar estão demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte (Nota 06).

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo (Nota 08).

3.11 Imobilizado

Edificações, Terrenos, Instalações, Máquinas e Equipamentos são os itens principais do imobilizado, sendo demonstrados pelo custo de aquisição ou avaliação. A depreciação dos bens é feita pelo método linear. O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionado às atividades operacionais. As Cias. no decorrer dos exercícios revisam e ajustam, quando necessário, a vida útil-econômica estimada de cálculo da taxa de depreciação.

3.11.1 Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Para as eventuais perdas/redução do valor dos ativos não financeiros, as Unidades Geradoras de Caixa-UGC, são revisadas periodicamente quanto ao seu valor contábil, com o objetivo de avaliar eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável.

Para o exercício findo em 2024, foram realizadas verificações no âmbito interno e externo que pudessem afetar o desempenho econômico/financeiro das “UGC” que compõem o Consolidado da Cia., não havendo indicações de que seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida perdessem valor, portanto, sem necessidade de reconhecimento de provisões (Nota 09).

3.12 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10. A amortização dos direitos é feita pelo método linear à taxa de 20,0% a.a..

3.13 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.13.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração

do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.13.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

3.14 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

3.17 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida:

Descrição	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2024	2023	2024	2023
Receita Bruta	2.771.809.641	2.467.055.522	973.799.772	944.192.447
Impostos/Devoluções	(662.084.583)	(587.789.169)	(246.034.457)	(235.518.310)
Receita Líquida	2.109.725.058	1.879.266.353	727.765.315	708.674.137

3.19 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda; e (d) o valor atual de obrigações de plano suplementar de aposentadoria depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CLIENTES

Descrição	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Clientes Nacionais	280.936.809	262.115.125	94.540.241	90.237.035
Clientes Exterior	6.340.692	6.839.369	6.340.692	6.839.369
(-) Prov. Créd. Liq.Duvidosa-PDD	(5.073.456)	(6.415.941)	(1.124.796)	(2.688.887)
Total Líquido a Receber	282.204.045	262.538.553	99.756.137	94.387.517

NOTA 05 - ESTOQUES

Descrição	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Produtos Prontos	113.954.144	80.624.309	33.556.784	26.870.293
Matéria Prima	180.714.437	166.094.953	69.009.927	70.842.126
Total	294.668.580	246.719.261	102.566.711	97.712.419

NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONSOLIDADO			
	31 de Dezembro de 2024		31 de Dezembro de 2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF/IRPJ	22.259.865	43.914	18.913.096	42.866
IPI/ICMS	47.340.189	2.689.235	44.151.778	2.022.731
Pis/Cofins s/Base do ICMS	69.765.239	54.230.429	90.129.555	54.230.429
Pis/Cofins-Normal	11.648.213	-	24.948.921	7.609
Outros	36.413	8.224	1.598.523	-
Total	151.049.919	56.971.802	179.741.873	56.303.635

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONTROLADORA			
	31 de Dezembro de 2024		31 de Dezembro de 2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF/IRPJ	8.735.696	-	7.334.028	-
IPI/ICMS	33.599.773	5.115	33.989.459	17.459
Pis/Cofins s/Base do ICMS	19.836.681	54.230.429	19.745.257	54.230.429
Pis/Cofins-Normal	10.834.182	-	21.466.343	-
Total	73.006.333	54.235.544	82.535.088	54.247.888

NOTA 07 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Descrição	Grupo	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Débitos c/Controladora	Passivo Não-Circulante	1.689.944	10.306.181
Receitas de Vendas	Receitas	9.627.038	10.994.200
Compras de Produtos	Despesas	8.865.431	10.072.097
Contas a Receber/Contas a Pagar	Receitas/Despesas	430.885	523.860

As operações com as partes relacionadas, quanto a prazos e preços, são realizadas em condições semelhantes às aplicadas no mercado.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A movimentação dos investimentos da controladora está representada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	PANATLÂNTICA CATARINENSE S.A.	TUBOSPAN S.A. (Contr.Ind.)	PANATLÂNTICA IND.COM.DE TUBOS S.A.	PANASER S/A-BENEF.AÇOS (Contl.Ind.)	AÇOLOG STL LTDA. (Contr.Ind.)	AÇOLOG TS LTDA. (Contr.Ind.)
CAPITAL SOCIAL	40.000.000	32.000.000	130.000.000	30.000.000	30.646.683	10.000
PATRIMONIO LIQUIDO (100,0%)	238.555.918	41.644.766	523.556.484	50.148.556	126.116.389	12.845.719

MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS					
Descrição	PANATLÂNTICA CATARINENSE S.A.	PANATLÂNTICA IND.COM. DE TUBOS S.A.	INDUMINAS S.A.	OUTROS	TOTAL
(=) Saldos em 31/12/2022	207.234.864	456.104.978	18.827.757	24.721	682.192.318
(+/-) Equivalência Patrimonial	29.767.007	12.076.648	(525.345)	-	41.318.310
(=) Saldos em 31/12/2023	237.001.871	468.181.626	18.302.412	24.721	723.510.630
(+/-) Equivalência Patrimonial	34.554.050	55.374.858	-	-	89.928.908
(-) Distr. Lucros/Baixa de Invest.	-33.000.000	-	-18.302.412	-	-51.302.415
(=) Saldos em 31/12/2024	238.555.918	523.556.484	-	24.721	762.137.123

Nota: A controlada Induminas S/A., foi incorporada em 05/09/2024, conforme ata da AGE de 05/09/2024, sendo que no mês de out./2024 o ativo a ela relacionado (imóvel) transferido em decorrência da incorporação foi vendido.

NOTA 09 – IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

CONSOLIDADO						
Itens	Saldo em: 31/12/2023	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em: 31/12/2024
Terrenos, Edifícios e Instalações	145.404.541	19.903.800	666.466	-	(2.821.956)	163.152.851
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído	3.032.452	-	-	-	(32.118)	3.000.334
Máquinas e Equipamentos	99.864.832	19.118.283	1.719.848	(12.628)	(8.884.793)	111.805.542
Móveis e Utensílios	2.489.993	359.838	224.734	(1.139)	(366.732)	2.706.694
Veículos	6.432.123	-	6.305.029	(621.895)	(1.038.929)	11.076.328
Computadores e Periféricos	1.103.560	48.922	750.885	(140)	(441.268)	1.461.959
Outras Imobilizações	655.079	-	410.132	-	(2.179)	1.063.032
Sub-Total	258.982.580	39.430.843	10.077.094	(635.802)	(13.587.975)	294.266.740
Máquinas em Instalação	13.392.317	(19.118.283)	27.147.903	-	-	21.421.937
Obras em Andamento	35.445.545	(20.312.560)	5.513.570	-	-	20.646.555
Valor Líquido - Imobilizado	307.820.442	-	42.738.567	(635.802)	(13.587.975)	336.335.230

CONTROLADORA				
Itens	Saldo em: 31/12/2023	Adições	Depreciação	Saldo em: 31/12/2024
Terrenos, Edifícios e Instalações	65.226.967	288.565	(657.753)	64.857.779
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído	704.475	-	(32.118)	672.357
Máquinas e Equipamentos	17.776.071	1.289.393	(883.369)	18.182.095
Móveis e Utensílios	409.364	34.062	(53.797)	389.629
Veículos	207.122	11.664	(39.768)	179.018
Computadores e Periféricos	174.539	293.680	(101.941)	366.278
Outras Imobilizações	116.651	60.736	-	177.387
Sub-Total	84.615.189	1.978.100	(1.768.746)	84.824.543
Máquinas em Instalação	7.206.158	236.312	-	7.442.470
Obras em Andamento	9.977.086	-	-	9.977.086
Valor Líquido - Imobilizado	101.798.434	2.214.412	(1.768.746)	102.244.102

Taxas de Depreciação Linear	
Prédios e Instalações	de 2% a 10%a.a.
Máquinas e Equipamentos	de 3% a 10%a.a.
Móveis e Utensílios	de 5% a 10%a.a.
Veículos	de 12% a 20%a.a.
Computadores e Periféricos	20%a.a.

NOTA 10 - FORNECEDORES

Descrição	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Fornecedores Nacionais	301.623.251	249.576.751	128.080.771	108.889.007
Fornecedores Exterior	5.649.770	-	-	-
Total	307.273.021	249.576.751	128.080.771	108.889.007

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As operações de curto prazo são atualizadas com taxas de CDI ou Selic, acrescidas de “spreads” que variam entre 0,16% a 0,30% ao mês. Dos saldos da controladora e das controladas, 100,0%, referem-se à captação em moeda nacional. As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis

11.1 Não-Circulante

CONSOLIDADO		
Vencimentos Longo Prazo	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	132.329.208
2026	120.220.194	68.584.028
2027	72.519.313	23.093.378
2028 a 2030	110.818.283	9.916.667
Não Circulante	303.557.790	233.923.281

CONTROLADORA		
Vencimentos Longo Prazo	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	89.903.374
2026	101.909.914	54.377.829
2027	65.491.762	17.991.763
2028 a 2030	102.208.333	9.916.667
Não Circulante	269.610.009	172.189.633

Informações Adicionais:	
1) Os Financiamentos BNDES e FINIMP são corrigidos pela variação da TJLP, acrescidos de taxas que variam de 2,40% ao ano à 3,60% ao ano, com vencimento final em setembro de 2027.	
2) As demais operações de financiamentos bancários são atualizadas c/taxas CDI ou SELIC, acrescidas de spreads que variam de 0,16% a 0,30% ao mês, sendo que 100,0% dos saldos referem-se à captação em moeda nacional.	
3) Para garantir os financiamentos foram oferecidas garantias fiduciárias, avais e penhor de direitos creditórios.	

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES (Circulante e Não Circulante)

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições - Circulante		Impostos, Taxas e Contribuições - Circulante	
	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
IRRF	1.560.915	1.257.471	521.202	430.568
IRPJ/CSLL	7.150.350	5.129.048	-	-
ICMS/IPI	2.965.504	2.570.818	2.027	4.118
OUTROS	1.417.319	885.657	93.178	104.719
TOTAL IMPOSTOS CP	13.094.088	9.842.994	616.407	539.405

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições - Não Circulante		Impostos, Taxas e Contribuições - Não Circulante	
	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
IRPJ/CSLL-Créd.Pres.ICMS	483.428	483.428	483.428	483.428
Outros Tributos	3.310.925	3.774.500	1.118.252	1.581.825
IRPJ-Diferido (a)	6.490.353	6.552.430	3.515.718	3.523.747
CSLL-Diferida (a)	2.336.976	2.359.315	1.266.127	1.269.018
TOTAL IMPOSTOS LP	12.621.682	13.169.673	6.383.525	6.858.018

(a) Tributos Diferidos (IRPJ/CSLL)

Em atendimento as disposições da Deliberação CVM nº 619/09, a Companhia e suas Controladas procederam o registro dos tributos decorrentes dos Ajustes de Avaliação Patrimonial e do Valor Justo das Propriedades para Investimentos.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social e Direito das Ações

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), que é composto por 22.907.083 Ações Ordinárias e 1.025.286 Ações Preferenciais, que totalizam 23.932.369 Ações, sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País.

Durante o segundo semestre de 2024, foram pagos os dividendos de 2023 e dividendos extraordinários, no montante de R\$ 156.079.715,00.

NOTA 14-CONTRATOS DE SEGUROS

Devido à natureza e porte dos estoques (produtos siderúrgicos) e principais bens do imobilizado (Prédios, Instalações e Equipamentos Industriais), é política da companhia contratar seguros por valores condizentes, assumindo alguns riscos com sinistros, os quais são considerados de rara ocorrência. Os

bens estão segurados contra incêndio, vendaval, acidentes pessoais, danos e roubos, da seguinte forma:

CONTRATOS DE SEGUROS		
DESCRIÇÃO	2024-R\$	2023-R\$
Prédios, Estoques, Máquinas	64.300.000	64.300.000
Equipamentos Eletrônicos	700.000	700.000
Veículos	650.000	650.000
TOTAL	65.650.000	65.650.000

NOTA 15 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

A Companhia patrocina, a funcionários que se inscreveram até agosto de 2019 de forma voluntária, um Plano de Complementação de Aposentadoria junto ao “Fundo Multipensions Bradesco”, constituído com características de plano de contribuição definida, no qual não tem obrigação de efetuar contribuições adicionais após o término da prestação dos serviços pelos funcionários.

NOTA 16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limitam ao Risco de Crédito, Risco de Preço, Risco de Taxa de Câmbio e ao Risco de Juros. Para todos eles a companhia adota medidas junto ao mercado onde atua para mitigar o impacto nas suas operações comerciais.

NOTA 17 - CONTINGÊNCIAS

17.1 Contingências Ativas

As contingências ativas não foram reconhecidas contabilmente, face à opinião expressa dos assessores jurídicos quanto à classificação da

probabilidade de êxito dos processos, atendendo assim a Deliberação CVM nº 594/09 quanto o direito líquido e certo.

17.2 Provisões e Contingências Passivas

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária. As respectivas provisões são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável. Os riscos classificados como prováveis totalizaram R\$ 288.089 (R\$ 230.433 em 2023) referem-se a demandas trabalhistas suportadas por depósitos judiciais. A Companhia também é parte em processos judiciais que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda no montante de R\$ 197.781.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão demonstradas abaixo:

Descrição	CONTROLADORA			
	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos Tributos	84.705.704	84.705.704	13.406.825	13.406.825
(-/+ Efeitos das IFRS)	33.342	33.342	33.342	33.342
Lucro antes dos tributos-ajustado	84.739.046	84.739.046	13.440.167	13.440.167
(+) Adições	319.749	319.749	2.184.859	2.184.859
(-) Exclusões	(93.192.766)	(93.192.766)	(47.314.309)	(47.314.309)
Lucro Tributável/Base Cálculo	(8.133.971)	(8.133.971)	-31.689.283	-31.689.283

NOTA 19 – CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Controladora	769.143.513	840.564.177
Participação dos Não Controladores	-	-
Consolidado	769.143.513	840.564.177

NOTA 20 – LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

a) Número de ações:

Ações emitidas	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Ações Ordinárias	22.907.083	22.907.083
Ações Preferenciais	1.025.286	1.025.286
Total	23.932.369	23.932.369

b) Resultado por ação:

Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor de lucro básico e diluído por ação.

Controladora	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Lucro Líquido do Exercício	84.659.054	13.417.745
Lucro Básico e Diluído por Ação	3,54	0,56

NOTA 21 – DESTINAÇÃO DO LUCRO

Neste exercício foram retidas parcelas do lucro líquido, conforme previsão legal e estatutária. Por determinação do Conselho de Administração foi constituída a Reserva Estatutária, conforme faculta o parágrafo 4º, do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, para fins de investimentos e aquisição de matéria-prima, devido à oscilação vertical de preços desta “commodities”.

A seguir demonstramos a proposta de destinação do lucro líquido do exercício:

DESCRIÇÃO	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Lucro Líquido do Exercício	84.659.054	13.417.745
Reserva Legal (5%)	4.232.953	670.887
Reserva Estatutária	80.426.101	12.746.858

NOTA 22 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia e suas controladas identificaram com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia, que sua operação total constitui um único segmento operacional. Desta forma a Demonstração de Resultado do Exercício já está adequada aos princípios necessários determinados pela Deliberação CVM nº 582/09.

NOTA 23 – OUTROS FATOS

O Estado do Rio Grande do Sul, foi severamente impactado pela catástrofe climática que se iniciou no final do mês de abril de 2024, que afetaram os cenários produtivos, humanos, sociais, econômicos, estruturais e logísticos de uma forma incalculável.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RAUL MASELLI

Presidente do Conselho

RINALDI MASELLI GILDO GARCIA
LUIS FERNANDO B. MARTINEZ ANGÉLICA MARIA DE
QUEIROZ

DIRETORIA

KARL ERNST STEPPE EUCLIDES H.
TEIXEIRA JARDIM

AIRTON TEOBALDO HENZ

Contador CRC - RS 048.754/O

As DF's digitais estão disponibilizadas no seguinte
endereço: <https://www.jornaldocomercio.com/flip>

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Acionistas da
PANATLÂNTICA S.A.
Gravataí-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **PANATLÂNTICA S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referidas acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **PANATLÂNTICA S.A.**, em 31 de dezembro de 2024 o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards-IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board-IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Na Nota Explicativa 08 menciona que a controlada Induminas S/A., foi incorporada em 30 de setembro de 2024, conforme ata da AGE de 05 setembro de 2024, sendo que no mês de outubro de 2024, a mesma foi vendida. Este assunto não modifica a nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na

formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estoques

Os estoques foram considerados como um dos principais assuntos de auditoria, devido a sua relevância nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Esse assunto foi visto como significativo para nossa auditoria, pois eventuais equívocos na sua mensuração e reconhecimento podem ocasionar em distorções relevantes no resultado da Companhia. Logo, sua correta determinação no início e no fim do período contábil é essencial para uma apuração adequada do resultado do exercício. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação dos procedimentos e controles internos utilizados pela Companhia para prevenir ou detectar distorções relevantes, que possam existir, nos processos envolvendo os estoques, bem como, validamos a integridade e existência dos mesmos, através de acompanhamento de inventários, ocorridos durante o exercício.

Investimentos

Os investimentos em controladas representam montantes relevantes nas Demonstrações Contábeis da companhia, motivo pelo qual este assunto foi visto como significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria tratou esse assunto: nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, avaliação dos respectivos balanços individuais das empresas investidas; revisão dos percentuais de participações; recalculamos as equivalências patrimoniais; analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais foram suficientes em relação aos requeridos nas normas.

Imobilizado

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.11.1 e 9 em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o teste da redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) do seu imobilizado e intangível no exercício de 2024, conforme requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

Consideramos o teste anual de *impairment* de 2024 como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos.

A administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos e como resultado, não foi identificada a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos e em 2024 optou por manterem a mesma posição.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a verificação das análises e resultados realizados pela Companhia para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizada, a movimentação do período e, avaliamos a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis, estando de acordo com as normas vigentes.

Reconhecimento das Receitas de Venda

Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria, em virtude da relevância da receita líquida de venda nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, visto que o reconhecimento de receitas de vendas ocorra sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários exigidos pelas normas brasileiras de contabilidade. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação dos procedimentos e controles internos utilizados pela Companhia para prevenir ou detectar distorções relevantes, que possam existir, no processo de reconhecimento da receita; o envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de contas a receber de clientes, de forma a avaliar a sua existência.

Empréstimos e Financiamentos

Pela natureza relevante das operações financeiras individuais e consolidadas é de suma importância assegurar o reconhecimento apropriado dos encargos financeiros no exercício, bem como a correta classificação contábil, visando atender as normas contábeis. Como nossa auditoria tratou este assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros, a validação dos lançamentos efetuados pela Companhia; sua correta classificação contábil; análises dos contratos existentes, bem como o envio de cartas de confirmação externa dos saldos para todas as instituições financeiras na qual a Companhia possui operação.

O resultado de nossos procedimentos foi considerado adequado no contexto das Demonstrações Contábeis tomadas no conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas DVA não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, que deve ser disponibilizado após a data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2025.

MICHELON AUDITORES E CONSULTORES SS
CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelin
CRC/RS 052365/O-8
Sócio Responsável

Declaração dos Diretores

DECLARAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de Diretor Superintendente e de Relações de Mercado e de Diretor Industrial da Panatlântica S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Rudolfo Vontobel, nº 600 – Distrito Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.693.019/0001-89 (“Companhia”), nos termos do parágrafo 1º, do inciso VI, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Declaramos ainda, que estas Demonstrações, refletem a realidade de nossas operações, com os esclarecimentos adicionais realizados através das Notas Explicativas.

Gravataí/RS, 03 de fevereiro de 2025.

Karl Ernst Steppe

Diretor Superintendente e de Relações de
Mercado

Euclides H. Teixeira Jardim

Diretor Industrial

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de Diretor Superintendente e de Relações de Mercado e de Diretor Industrial da Panatlântica S/A, sociedade por ações com sede na cidade de Gravataí, Estado do Rio Grande do Sul, na rua Rudolfo Vontobel, nº 600 – Distrito Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.693.019/0001-89 (“Companhia”), nos termos do inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revisamos, discutimos e concordamos, que revisamos, discutimos e concordamos com a opinião expressada no parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Gravataí/RS, 05 de março de 2025.

Karl Ernst Steppe

Diretor Superintendente e de Relações de
Mercado

Euclides H. Teixeira Jardim

Diretor Industrial